29º Encontro de Economistas da Região Sul – ENESUL Por um novo pacto regional frente à emergência climática

CARTA DE FLORIANÓPOLIS

Os Conselhos Regionais de Economia dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, reunidos no 29º Encontro de Economistas da Região Sul (ENESUL), trazem a público sua profunda preocupação com a intensificação dos eventos climáticos extremos que atingem a Região Sul do Brasil, com consequências severas para a vida das pessoas, a infraestrutura, a produção e o equilíbrio econômico e social.

Esta Carta busca reforçar e ampliar as recomendações técnicas e políticas para que as iniciativas de integração entre os três estados se transformem em ações concretas e efetivas de enfrentamento à emergência climática, com protagonismo técnico, planejamento estratégico, responsabilidade compartilhada e visão de longo prazo.

O Rio Grande do Sul foi atingido por enchentes sem precedentes em 2024 e novamente em junho de 2025. Em Santa Catarina, a alternância entre secas severas e enchentes violentas compromete o turismo, a agroindústria e a logística regional. O Paraná enfrenta os impactos recorrentes das secas sobre o agronegócio e o abastecimento urbano, somados aos desafios climáticos na infraestrutura de transporte de cargas, que comprometem a competitividade econômica e o desenvolvimento sustentável.

A emergência climática não é um tema futuro, ela já está em curso e afeta diretamente os fundamentos da economia da Região Sul. É tempo de transformar o alerta em ação coordenada.

Diante desse cenário recomendamos: a) Criação de consórcios regionais e sistemas de cooperação entre estados para garantir segurança hídrica, qualidade da água, gestão de crises e prevenção de desastres; b) Investimentos estratégicos em infraestrutura econômica e urbana adaptados às mudanças climáticas, com destaque para o Plano Diretor como ferramenta essencial de ocupação territorial responsável e mitigação de riscos naturais; c) Incorporação, pelos municípios, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU; d) Estímulo a instrumentos como créditos de carbono, fundos climáticos e parcerias para investimento em tecnologias verdes,

reestruturação produtiva e desenvolvimento regional sustentável; e) Ampliação da educação ambiental nas escolas como estratégia permanente nos estados da Região Sul para cooperação técnica, científica e institucional em defesa da resiliência climática, com participação dos Conselhos de Economia e da sociedade civil.

Conforme previsto no Código de ética, cabe ao economista atuar com base em evidências, responsabilidade técnica e compromisso com o bem-estar coletivo. Não há desenvolvimento possível onde a natureza colapsa, as cidades adoecem e as populações mais vulneráveis pagam a conta da omissão. A Carta de Florianópolis é um chamado à consciência e à ação, não há mais tempo para hesitação, é hora de planejar, adaptar e agir. A economia deve ser parte da solução; e não da crise.

Por isso, recomenda-se um pacto regional amplo e articulado, com o envolvimento ativo dos prefeitos, governos estaduais, conselhos profissionais, entidades de classe, federações das indústrias, agricultura, comércio e serviços, instituições de ensino e pesquisa, bem como representantes da sociedade civil organizada.

Esse pacto deve contribuir para a adoção de um marco institucional compartilhado entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, orientado pela cooperação federativa, pela justiça climática, pela infraestrutura econômica resiliente e pela valorização da vida em todas as suas dimensões.

Florianópolis-SC, 08 de agosto de 2025.

Econ. Ademir Tenfen – Presidente do CORECON-SC

Econ. Odisnei Antônio Bega – Presidente do CORECON-PR

Econ. Rodrigo de Assis – Presidente do CORECON-RS